

CPI vai investigar estatais

DENÚNCIA APONTA SUSPEITAS NOS PAGAMENTOS A EMPREITEIRAS FEITOS PELA PETROBRÁS, ELETROBRÁS E TELEBRÁS.



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento vai investigar também as contas de algumas empresas do governo, para apurar possíveis ligações suspeitas entre parlamentares que apresentaram e aprovaram emendas ao Orçamento da União, empreiteiras e as estatais Eletrobrás, Petrobrás e Telebrás. Ofício assinado pelo presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), desembarcou ontem, logo cedo, nas mesas dos presidentes dessas empresas, deixando nervosos e bastante apreensivos seus executivos. Datado de sexta-feira, o documento solicita que elas informem à CPI, em 72 horas, a relação completa de pagamentos que efetuaram a todas as empreiteiras e fornecedores, durante o exercício de 1992, desde que superiores a Cr\$ 695 milhões (US\$ 3,9 milhões).

No texto do ofício, Passarinho não detalha os motivos do pedido, mas deixa claro que o objetivo é apurar denúncias chegadas à CPI sobre suspeição de irregularidades nesses pagamentos.

O pedido foi feito pela subcomissão do Orçamento, atendendo a proposta do deputado Luis Alfredo Salomão (PDT-RJ), que pretende com essas informações completar o cerco às relações que determinam a apresentação de emendas por deputados e senadores, o envolvimento de empreiteiras suspeitas de pagar propinas para obter recursos do orçamento e as empresas estatais. Salomão quer identificar os autores das emendas, as empreiteiras e fornecedoras beneficiadas e os responsáveis pela liberação das verbas nas estatais. O pedido do deputado fluminense definia todos os pagamentos acima de US\$ 200 mil, mas no caso da Eletrobrás o ofício de Passarinho chegou com o limite de US\$ 3,9 milhões.

SUSPEITAS DE
SUPERFATURAMENTO
VÊM DESDE O
GOVERNO COLLOR,
ENVOLVENDO
PC FARIAS,
E MANTIVERAM-SE
NO GOVERNO
ITAMAR,
APESAR DAS
REPETIDAS
DENÚNCIAS.

Segundo Luis Alfredo Salomão, embora o pedido tenha sido feito apenas para as holdings dos três setores (Petrobrás, Eletrobrás e Telebrás) suas diretorias são obrigadas a informar todas as transferências feitas às subsidiárias. Esse detalhe é importante porque no caso da Eletrobrás, por exemplo, a maior parte dos pagamentos do exercício de 1992 foi efetuada pela subsidiária Centrais Elétricas do Rio São Francisco (Chesf), a quem cabe a construção da única obra do setor tocada durante o governo de Fernando Collor — a hidrelétrica de Xingó. Durante a gestão Collor, o empresário Paulo César Farias comandava pessoalmente os pagamentos efetuados às três empreiteiras responsáveis pelas obras civis — Odebrecht, Constran e Mendes Junior. A partir daí o orçamento de Xingó saltou de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 3,2 bilhões, tamanha foi a prática de superfaturamento e as mais diversas fraudes, detectadas por três auditorias.

Durante o governo Itamar Franco, o ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, prometeu recuperar US\$ 600 milhões que as empreiteiras teriam superfaturado, mas nada fez, mantendo o contrato com as três empreiteiras com todos os ingredientes introduzidos por Paulo César Farias e que permitem até hoje a prática de superfaturamento na obra.

Suely Caldas/AE